



J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Av. Ayrton Senna da Silva, 555, Andar 1, Gleba Fazenda Palhano, Londrina, Ceará, CEP 86.050-460.

CNPJ: 40.475.846/0001-00

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Notas Explicativas;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Relatório da Auditora Externa.

Demonstrações divulgadas no site em **31/01/2022**.

<http://www.j17scd.com.br/>

A Diretoria da **J17** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

João Vicente Nicastro Anselmo
Presidente

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, JOÃO VICENTE NICASTRO ANSELMO, brasileiro, empresário, natural de Curitiba/PR, casado pelo regime de separação total de bens, portador do RG. nº 5.953.227-8, emitido pela SSP/PR e do CPF nº 878.588.919-00, residente e domiciliado na Rua Tucanos, nº 1207 – apartamento 1001 – bairro Centro – Araongas – Paraná – CEP 86701-020 assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

31 de janeiro de 2022

João Vicente Nicastro Anselmo
Presidente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 23 de dezembro de 2020 através do Ofício 32.470/2020–BCB/Deorf/GTCUR, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado da Paraná ocorreu no dia 20/01/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho

Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos seguintes valores:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2021			2020		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	102	0	102	0	0	0
Títulos Descontados	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	0	1	0	0	0
	101	0	101	0	0	0

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

Nível de risco	% de Provisionamento	2021		2020	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	0,50%	102	1	0	0
B	1,00%	0	0	0	0
C	3,00%	0	0	0	0
D	10,00%	0	0	0	0
E	30,00%	0	0	0	0
F	50,00%	0	0	0	0
G	70,00%	0	0	0	0
H	100,00%	0	0	0	0
		102	1	0	0

5. IMOBILIZADOS DE USO

O ativo permanente da instituição no valor de 112 mil é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Instalações com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a. conforme quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imobilizados	112	0
Instalações	0	0
Móveis e Equipamentos de Uso	20	0
Sistema de Processamento de Dados	99	0
(-) Depreciação	-7	0

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outras obrigações	40	0
Cobrança e arrecadação de tributos	8	0
Sociais e estatutárias	0	0
Fiscais e previdenciárias	2	0
Credores Diversos País	30	0

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no segundo semestre de 2021 era de R\$ 1.500.000,00.

Lucros os Prejuízos Acumulados

A empresa apresentou prejuízo de R\$ 212.847,23 no período vigente.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Expresso em Reais

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Contas de Resultado Credoras	5.660,44	0,00
Contas de Resultado Devedoras	- 218.507,67	0,00
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	-212.847,23	0,00
(+) Adições	0,00	0,00
(-) Exclusões	0,00	0,00
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	-212.847,23	0,00
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	0	0
Lucro Tributário Real	-212.847,23	0,00
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	0	0
Contribuição Social- 9%	0	0

9. GERENCIAMENTO DE RISCO**RISCO DE CRÉDITO**

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:
Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

10. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 35,10% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de dezembro de 2021 em 1.287.152,78.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021 foi autorizada pelos sócios da J17 - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, em 31/01/2022.

12. PANDEMIA

A administração mantém seus esforços para absorver e diminuir o impacto negativo causado pela pandemia mundial COVID-19.

João Vicente Nicastro Anselmo
Presidente

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

J17 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

CNPJ: 40.475.846/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DEZEMBRO DE 2020 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	2021	2020		NE	2021	2020
CIRCULANTE		<u>1.215</u>	<u>1.500</u>	CIRCULANTE		<u>40</u>	<u>0</u>
Disponibilidades		1.114	1.500	Depósitos		0	0
				Outros Depósitos		0	0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		0	0	Obrigações por empréstimo		0	0
Aplicações no Mercado Aberto		0	0	Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Aplicações em Depósitos de Poupança		0	0				
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos		0	0	Outras obrigações	6	40	0
Carteira Própria		0	0	Cobrança e arrec. de tributos		8	0
Vinculados ao Banco Central		0	0	Sociais e estatutárias		0	0
Relações Interfinanceiras		<u>0</u>	<u>0</u>	Fiscais e previdenciárias		2	0
Depósitos no Banco Central		0	0	Diversas		30	0
Operações de crédito	4	101	0				
Operações de crédito		102	0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	1.287	1.500
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-1	0	Capital Social		1.500	1.500
Outros créditos		0	0	Capital		1.500	1500
Rendas a receber		0	0	Aumento Capital		0	0
Diversos		0	0	Capital a Realizar		0	0
Outros valores e bens		0	0	Reserva de Lucros		0	0
Despesas antecipadas		0	0	Lucros/Prejuízos acumulados		-213	0
NÃO CIRCULANTE	5	<u>112</u>	<u>0</u>	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		1.327	1.500
Imobilizado		112	0				
Outras Imobilizações de Uso		119	0				
(-) Depreciações Acumuladas		-7	0				
TOTAL DO ATIVO		1.327	1.500				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J17 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

CNPJ: 40.475.846/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E JUNHO 2020 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRE	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>1</u>	<u>0</u>
Operações de crédito	1	0
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	0	0
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>0</u>	<u>0</u>
Operações de empréstimos e repasses	0	0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	0
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>1</u>	<u>0</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>-214</u>	<u>0</u>
Receitas de prestação de serviços	5	0
Rendas de tarifas bancárias	0	0
Despesas de pessoal	0	0
Outras despesas administrativas	-210	0
Despesas tributárias	-1	0
Outras receitas operacionais	0	0
Outras despesas operacionais	-8	0
RESULTADO OPERACIONAL	<u>-213</u>	<u>0</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>0</u>	<u>0</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>-213</u>	<u>0</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>0</u>	<u>0</u>
Provisão para imposto de renda	0	0
Provisão para contribuição social	0	0
Ativo Fiscal Diferido	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	<u>0</u>	
Apuração de Resultado		
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>-213</u>	<u>0</u>
Juros sobre o capital	0	0
Lucro por ação	-0,1420	0,0000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J17 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

CNPJ: 40.475.846/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRA	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>-213</u>	<u>0</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-213</u>	<u>0</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

J17 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
 CNPJ: 40.475.846/0001-00
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTES DE VALOR PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS				2021	2020
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	1500	0	0	0	0	0	1500	0
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	0	0	0	0	0	0	0	0
2 - AUMENTO DE CAPITAL	0	0	0	0	0	0	0	0
3 - LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO	-213	0	0	0	0	-213	-213	0
4 - DESTINAÇÕES:								
- RESERVAS LEGAL	0	0	0	0	0	0	0	0
- RESERVAS ESTATUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
- DIVIDENDOS	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - REVERSÕES DIVIDENDOS/JCP	0	0	0	0	0	0	0	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	1287	0	0	0	0	-213	1287	0
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-213	0	0	0	0	-213	-213	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J17 - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ: 40.475.846/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil)

DFC		
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-213	0
1.2 Ajustes por Depreciação	7	0
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	0
2. Variação de Ativos e Obrigações	-62	0
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	0	0
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-102	0
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	0	0
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	10	0
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	30	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-267	0
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-119	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-119	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	1.500
5.1 Empréstimos País	0	0
5.2 Dividendos pagos	0	0
5.3 Capital Social	0	1.500
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-386	1.500
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.500	0
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.114	1.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
J17 – Sociedade de Crédito Direto S/A.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **J17 – Sociedade de Crédito Direto S/A (“Sociedade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **J17 – Sociedade de Crédito Direto S/A** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2022.

Concept Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 007202/O-0



Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR Nº 044.768/O-3



João Henrique Ronskoski
CRC – PR Nº 067.851/O-2

* * *